

PARECER N° 2037/2012 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE A REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 424/2012 (PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2013)

Trata da redação final do projeto de lei em epígrafe, de autoria do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa das Administrações Direta e Indireta do Município de São Paulo para o exercício de 2013.

Após a segunda votação, foi acolhida a emenda nº 4656, cuja apreciação havia sido transferida ao Plenário por parecer desta Comissão, tendo também sido acolhida a emenda nº 3673. As emendas 4653 e 4654 foram rejeitadas, devendo ser excluídas do texto.

Conforme determina o art. 341 do Regimento Interno, o processo retornou a esta Comissão para elaboração da redação final.

Nos termos do art. 259 do R.I., é proposta por este parecer a redação final. Em consonância com o disposto no parágrafo único desse mesmo artigo, ressalte-se que houve arredondamento para cima dos centavos no valor da emenda 4656, eis que os anexos do projeto não apresentam a divisão centesimal da unidade monetária. No caso da emenda 3673, há adaptação de caráter técnico, como permite o § 1º do art. 341 do R.I., tendo em vista que a dotação oferecida como fonte de recursos não mais suporta o volume de corte exigido.

Por este parecer, os anexos do projeto de lei ficam alterados no que está a seguir especificamente mencionado, ajustando-se os quadros e tabelas a eles correspondentes, mantidas todas as alterações aprovadas em segunda votação.

Destarte, é a seguinte a redação final:

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 424/2012

I – Fica redigido, conforme segue, o texto do projeto de lei:

PROJETO DE LEI N° 424/2012

Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2013.
A Câmara Municipal de São Paulo

DECRETA:

Art. 1º. Esta lei estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2013, compreendendo, nos termos do § 5º do artigo 137 da Lei Orgânica do Município de São Paulo:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e de seus Fundos Especiais;

II - o Orçamento de Investimentos das Empresas.

Parágrafo único. As rubricas de receita e os créditos orçamentários constantes desta lei e dos quadros que a integram estão expressos em reais, a preços correntes de 2013.

Seção I

Do Orçamento Fiscal Consolidado

Art. 2º. O Orçamento Fiscal dos Poderes do Município, seus Fundos Especiais, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, para o exercício de 2013, discriminado nos Anexos desta lei, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 42.041.788.033,00 (quarenta e dois bilhões, quarenta e um milhões, setecentos e oitenta e oito mil e trinta e três reais).

Art. 3º. A receita total do Orçamento Fiscal, a ser realizada de acordo com a legislação em vigor, está orçada segundo as seguintes estimativas:

RECEITAS CORRENTES	36.519.904.507,00
Receita Tributária	17.804.295.320,00
Receita de Contribuições	1.247.857.250,00
Receita Patrimonial	560.727.363,00
Receita de Serviços	389.451.317,00
Transferências Correntes	14.592.236.515,00
Outras Receitas Correntes	2.254.810.033,00
Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias	1.474.096.899,00
Receita Patrimonial Intra-Orçamentária	496.000,00
Receita de Serviços Intra-Orçamentária	15.720.000,00
Deduções de Transferências Correntes	-1.773.586.070,00
Deduções de Outras Receitas Correntes	-46.200.120,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.521.883.526,00
Operações de Crédito	47.902.424,00
Alienação de Bens	2.552.206.265,00
Amortização de Empréstimo	15.648.679,00
Transferências de Capital	2.606.910.694,00
Outras Receitas de Capital	290.508.008,00
Outras Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	8.707.456,00
TOTAL DA RECEITA	42.041.788.033,00

Art. 4º. A despesa do Orçamento Fiscal está fixada com a seguinte distribuição institucional:

Órgão/Descrição (em R\$)	Valor
PODER LEGISLATIVO/ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
09 Câmara Municipal de São Paulo	580.957.355
Fundo da CMSP	4.550.000
10 Tribunal de Contas do Município de São Paulo	252.620.000
Fundo do TCMSP	2.950.000
PODER EXECUTIVO/ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
11 Secretaria do Governo Municipal	485.959.765
12 Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	722.409.329
13 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	189.057.533
14 Secretaria Municipal de Habitação	1.086.007.974
16 Secretaria Municipal de Educação	7.914.456.075
17 Secretaria Municipal de Finanças	536.497.298
18 Secretaria Municipal da Saúde	48.000.000
19 Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	300.229.702
20 Secretaria Municipal de Transportes	1.500.299.732
21 Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	156.776.376
22 Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	1.752.187.725
23 Secretaria Municipal de Serviços	26.464.708
24 Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	337.779.633
25 Secretaria Municipal de Cultura	285.801.826
27 Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	234.385.329
28 Encargos Gerais do Município	7.497.868.410
30 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho	105.972.215
31 Secretaria Municipal de Relações Internacionais	8.686.558
32 Ouvidoria Geral do Município de São Paulo	3.138.556
34 Secretaria Municipal de Participação e Parceria	104.174.618
36 Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	12.931.672
37 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	125.321.840
38 Secretaria Municipal de Segurança Urbana	333.606.214
41 Subprefeitura Perus	26.146.145
42 Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	30.542.067
43 Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	28.187.488
44 Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	21.630.738
45 Subprefeitura Santana/Tucuruvi	30.990.113
46 Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	25.349.880
47 Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	28.603.795
48 Subprefeitura Lapa	30.279.369
49 Subprefeitura Sé	55.575.622
50 Subprefeitura Butantã	38.949.015
51 Subprefeitura Pinheiros	33.465.875
52 Subprefeitura Vila Mariana	30.353.889
53 Subprefeitura Ipiranga	35.458.178
54 Subprefeitura Santo Amaro	31.655.482

55	Subprefeitura Jabaquara	25.804.571
56	Subprefeitura Cidade Ademar	23.873.820
57	Subprefeitura Campo Limpo	43.472.444
58	Subprefeitura M'Boi Mirim	60.803.295
59	Subprefeitura Capela do Socorro	35.445.054
60	Subprefeitura Parelheiros	21.981.372
61	Subprefeitura Penha	38.133.932
62	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	24.118.452
63	Subprefeitura São Miguel	39.481.442
64	Subprefeitura Itaim Paulista	31.820.502
65	Subprefeitura Mooca	34.180.183
66	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	32.721.745
67	Subprefeitura Itaquera	36.903.632
68	Subprefeitura Guaianases	30.316.598
69	Subprefeitura Vila Prudente/Sapopemba	33.436.372
70	Subprefeitura São Mateus	50.718.484
71	Subprefeitura Cidade Tiradentes	21.569.503
84	Fundo Municipal de Saúde	5.657.127.975
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	624.949.125
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.017.906.240
88	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	1.709.300
89	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	3.329.356
90	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	130.407.193
93	Fundo Municipal de Assistência Social	796.509.181
94	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	82.148.571
95	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	12.830.000
96	Fundo Municipal de Turismo	600.000
97	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	2.144.455
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	160.000.000
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	286.102.926

PODER EXECUTIVO/ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

01	Autarquia Hospitalar Municipal	854.604.418
02	Hospital do Servidor Público Municipal	257.829.975
03	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	4.359.192.692
04	Serviço Funerário do Município de São Paulo	126.210.000
80	Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	9.119.391
81	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/Fundo Munic.de Limpeza Urbana	1.692.990.654
83	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	143.854.006
91	Fundo Municipal de Habitação	115.898.532
85	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	64.264.543
	Reserva de Contingência	1.000.000
	TOTAL	42.041.788.033

Seção II

Do Orçamento de Investimentos das Empresas

Art. 5º. A despesa total das empresas, nela incluída a de investimentos, com recursos próprios, de terceiros e do Tesouro Municipal, para o exercício de 2013, está fixada em

R\$ 3.585.354.229,00 (três bilhões, quinhentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e vinte e nove reais), com a seguinte distribuição:

Empresas	Valor (R\$)
Companhia de Engenharia de Tráfego – CET	880.120.399,00
Cia. São Paulo de Desenvol. e Mobilização de Ativos – SPDA	10.605.524,00
Cia. São Paulo de Parcerias – SPP	4.400.000,00
Empresa de Tecnol. da Informação e Comunicação – PRODAM	272.749.036,00
São Paulo Urbanismo – SPUrbanismo	99.538.825,00
São Paulo Obras – SPObras	374.067.418,00
São Paulo Transporte S/A – SPTrans	1.495.001.754,00
São Paulo Turismo S/A- SPTuris	248.870.273,00
Cia. Paulistana de Securitização - SP Securitização	200.001.000,00
Total	3.585.354.229,00

Seção III

Da Autorização para a Contratação de Operação de Crédito

Art. 6º. Fica o Executivo autorizado a contratar operações de crédito com instituições financeiras internacionais e entidades de crédito nacional e internacional, dentre elas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a Caixa Econômica Federal - CEF e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos serão aplicados na execução do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT, no valor de até R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais), e do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM, no valor de até R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais), destinados a financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial do Município.

§ 1º. As taxas de juros, os prazos, as comissões e os demais encargos serão os vigentes à época das contratações dos respectivos empréstimos, admitidos pelo Banco Central do Brasil, para registro de operações da espécie, obedecidas as demais prescrições e normas aplicáveis à matéria.

§ 2º. Os orçamentos do Município consignarão, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas a amortização, juros e demais encargos decorrentes das operações de crédito autorizadas nos termos do "caput" deste artigo.

§ 3º. Os recursos provenientes das operações de crédito serão consignados como receita no orçamento do Município, ficando a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão autorizada a adotar as providências que se façam necessárias.

Art. 7º. Para assegurar o pagamento integral das operações de crédito contratadas com a CEF e o BNDES nos termos do artigo 6º desta lei, fica o Executivo autorizado a ceder ou dar em garantia, por qualquer forma em direito admitida, os direitos e créditos relativos ou resultantes das cotas ou parcelas da participação do Município na arrecadação da União, bem como das suas receitas próprias, na forma do disposto, respectivamente, no artigo 159, inciso I, alíneas "b" e "d", e no artigo 158, ambos da Constituição Federal.

Parágrafo único. A cessão ou constituição de garantia em favor da CEF deverá atender às condições usualmente praticadas por aquela instituição financeira, incluindo, dentre outras, as seguintes prescrições:

I - caráter irrevogável e irretratável;

II - cessão dos direitos e créditos a título "pro solvendo", ficando a quitação condicionada ao efetivo recebimento dos valores cedidos pelo credor;

III - sub-rogação automática da vinculação em garantia ou da cessão sobre os direitos e créditos que venham a substituir os impostos previstos no artigo 159, inciso I, alíneas "b" e "d", da Constituição Federal, no caso de sua extinção, assim como em relação aos novos fundos que sejam criados em substituição;

IV - outorga de poderes ao credor para cobrar e receber diretamente da União, ou do banco centralizador que faça as vezes de seu agente financeiro, os direitos e créditos dados em garantia, até o montante necessário ao pagamento integral das parcelas da dívida vencidas e não pagas, incluindo os respectivos acessórios, no caso de inadimplimento do Município;

V - outorga de poderes ao credor para cobrar e receber diretamente da União, ou do banco centralizador que faça as vezes de seu agente financeiro, os direitos e créditos que tenham sido objeto de cessão, na data de vencimento das parcelas da dívida de responsabilidade do Município, até o limite do valor devido, incluindo os respectivos acessórios.

Art. 8º. As operações de crédito externas de que trata o artigo 6º desta lei serão garantidas pela União Federal.

§ 1º. Para obter as garantias da União, visando as contratações de operações de crédito externas, fica o Executivo autorizado a prestar contragarantias ao Tesouro Nacional.

§ 2º. As contragarantias de que trata o § 1º deste artigo compreendem a cessão de:

I - direitos e créditos relativos a cotas ou parcelas da participação do Município na arrecadação da União, na forma do disposto no artigo 159, inciso I, alíneas "b" e "d", da Constituição Federal, ou resultantes de tais cotas ou parcelas transferíveis de acordo com os preceitos da Constituição Federal;

II - receitas próprias do Município previstas no artigo 158 da Constituição Federal, nos termos do § 4º de seu artigo 167.

Art. 9º. Nos termos do disposto no inciso III do § 1º do artigo 8º da Medida Provisória 2185-35, de 24 de agosto de 2001, na redação conferida pela Lei Federal nº 11.131, de 1º de julho de 2005, fica o Executivo autorizado a participar do projeto de melhoria em sistemas de iluminação pública, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz.

Parágrafo único. O Executivo poderá oferecer garantias para consecução do disposto no "caput" deste artigo, aplicando-se, no que couber, o disposto no artigo 7º desta lei.

Seção IV

Da Autorização para Abertura de Créditos Adicionais Suplementares

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares por decreto, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para a Administração Direta, Indireta e seus Fundos Municipais, até o limite de 15% (quinze por cento) do total da despesa fixada no artigo 2º desta lei, criando, se necessário, elementos de despesa e fontes de recurso dentro de cada projeto, atividade ou operação especial.

Art. 11. Ficam excluídos do limite estabelecido no artigo 10 desta lei os créditos adicionais suplementares:

I - abertos com recursos da Reserva de Contingência, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei Federal nº 1.763, de 16 de janeiro de 1980;

II - destinados a suprir insuficiências nas dotações referentes ao serviço da dívida pública;

III - destinados a suprir insuficiências nas dotações dos Fundos Especiais decorrentes do recebimento de recursos extraordinários;

IV - destinados a suprir insuficiências nas dotações de pessoal, autorizada a redistribuição prevista no artigo 66, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

V - destinados à transposição de recursos entre dotações das funções Educação, Assistência Social, Saúde e Habitação;

VI - remanejamento de recursos entre órgãos da Administração Direta e Indireta.

§ 1º. A abertura de créditos adicionais suplementares será feita mediante a edição de decretos do Poder Executivo, devidamente justificados.

§ 2º. Os recursos destinados ao pagamento do grupo de natureza de despesa de pessoal poderão ser remanejados para outras despesas, no último quadrimestre do exercício, desde que os eventos que subsidiaram a previsão da despesa de pessoal não se concretizem.

Art. 12. Fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, autorizado a remanejar recursos, no âmbito de cada órgão, entre elementos do mesmo grupo de despesa, entre fontes de recursos e entre atividades, projetos e operações especiais de um mesmo programa, sem onerar o limite estabelecido no artigo 10 desta lei.

Parágrafo único. Fica a critério do Poder Executivo autorizar a abertura de créditos adicionais suplementares, mediante portaria dos respectivos Titulares dos Órgãos, exclusivamente para os casos em que o elemento de despesa a ser suplementado ou anulado seja da mesma modalidade de aplicação e fonte, devidamente justificado.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares à conta de excesso de arrecadação de receitas específicas e vinculadas a determinada finalidade, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e do parágrafo único do artigo 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 14. Ficam a Mesa da Câmara Municipal de São Paulo e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, em especial o decreto de execução orçamentária e financeira, com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, autorizados a suplementar, mediante ato próprio, sem onerar o limite estabelecido no artigo 10 desta lei, as dotações do Órgão, desde que os recursos sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias, conforme estabelece o inciso II do artigo 27 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, criando, se necessário, elementos de despesa e fontes de recursos dentro de cada projeto ou atividade.

Parágrafo único. Aplicam-se, no que couber, aos órgãos de que trata este artigo, as exclusões previstas no artigo 11 desta lei.

Art. 15. Ficam as entidades da Administração Indireta autorizadas, por ato próprio, a abrir créditos adicionais suplementares em suas dotações, respeitado o limite estabelecido no artigo 10 desta lei, calculado sobre o valor consignado, individualmente considerado, para cada Autarquia e Fundação, criando, se necessário, elementos de despesa e fontes de recursos dentro de cada projeto, atividade ou operação especial.

§ 1º. Aplicam-se, no que couber, a cada entidade, as exclusões previstas no artigo 11 desta lei.

§ 2º. Os pedidos de adequação orçamentária a que se refere o "caput" deste artigo deverão ser analisados pelas Secretarias às quais estejam vinculadas e ratificados pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Seção V

Das Disposições Finais

Art. 16. Para efeito do disposto no artigo 9º da Lei Federal Complementar nº 101, de 2000, serão preservadas, prioritariamente, as dotações das áreas de Educação, Saúde, Habitação e Assistência Social.

Art. 17. Os compromissos assumidos pelas unidades deverão se limitar aos recursos orçamentários disponibilizados, correspondendo àqueles de natureza continuada e às prioridades identificadas durante a execução do plano de ação proposto.

Parágrafo único. Eventuais despesas realizadas sem a devida cobertura orçamentária deverão ser objeto de apuração de responsabilidade.

Art. 18. Os Órgãos responsáveis por entidades da Administração Indireta deverão acompanhar efetivamente as respectivas atividades e, em especial, participar da coordenação de seus recursos autorizados nesta lei.

Art. 19. Durante a execução orçamentária, mediante controle interno, deverão ser identificados e avaliados os componentes de custos das ações, para dimensionar se os recursos orçamentários disponíveis comportarão eventual expansão ou geração de novas despesas.

§ 1º. Deverá ser verificada a possibilidade de financiamento por outras fontes em complemento aos recursos do Tesouro Municipal.

§ 2º. O recurso correspondente às outras fontes que não a do Tesouro Municipal deverá ser aplicado plenamente, com o acompanhamento e orientação das áreas centrais de orçamento, de finanças e dos negócios jurídicos, quando necessário, minimizando-se eventuais restituições.

Art. 20. Para o ano de 2012, as metas fiscais de resultados primário e nominal, que compõem o Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores do Anexo III - Metas Fiscais, prevalecem sobre as metas fixadas pela Lei nº 15.415, de 22 de julho de 2011, alteradas pela Lei nº 15.613, de 6 de julho de 2012.

Art. 21. Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2013, retroagindo a 1º de janeiro de 2012 os efeitos do disposto em seu artigo 20.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 18/12/2012.

Milton Leite – DEM – Presidente

Wadih Mutran – PP – Relator

Aníbal de Freitas – PSDB

Atílio Francisco – PRB

Aurélio Miguel – PR

Francisco Chagas – PT

José Américo – PT

II – Ficam alterados os quadros de despesa, conforme relatório a seguir:



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2013 - Consolidado

Diferenças entre Redação Final e Projeto Aprovado em 2ª Votação

Dotação Proposta na Redação Final				Dotação no Projeto Aprovado em 2ª Votação				Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Emenda	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Projeto	Variação	Valor Proposto	
03 . 10 . 28 . 062 . 0000 . 0037	3.3.90.91.00 . 00		4656	Dotação Nova				R\$ 0	R\$ 193.016.678	R\$ 193.016.678
E4656 - Condenações Judiciais - Decisão Judicial Processo 0012105-35.2009.8.26.0053										
28 . 21 . 28 . 062 . 0000 . 0035	4.4.90.91.00 . 00		4656	28 . 21 . 28 . 062 . 0000 . 0035	4.4.90.91.00 . 00		R\$ 455.220.027	-R\$ 193.016.678	R\$ 262.203.349	
Condenações Judiciais-Outras Espécies				Condenações Judiciais-Outras Espécies						
69 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 3044	4.4.90.51.00 . 00		3673	Dotação Nova				R\$ 0	R\$ 100.000	R\$ 100.000
E3673 - Reforma, Instalação de Iluminação, Mesas, Bancos e Playground na Praça Orliândia, nº12, Vila Prudente										
81 . 10 . 15 . 452 . 1240 . 6014	3.3.90.39.00 . 00		3673	81 . 10 . 15 . 452 . 1240 . 6014	3.3.90.39.00 . 00		R\$ 829.703.773	-R\$ 100.000	R\$ 829.603.773	
Serviços de Limpeza Urbana				Serviços de Limpeza Urbana						